

## A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA CRIANÇA QUILOMBOLA PARANAENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

### THE “QUILOMBOLA” CHILD’S PUBLIC EDUCATION DURING THE FIRST REPUBLIC

**Lucia Mara De Lima Padilha**

Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, PR-Brasil.  
[lupadilha5@yahoo.com.br](mailto:lupadilha5@yahoo.com.br)

**Resumo:** O presente texto tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa bibliográfica e documental<sup>1</sup> sobre a (in) existência de um projeto educacional para as crianças quilombolas no Paraná, no início do século XX. Período este em que os discursos liberais republicanos propagaram a ideia de ‘liberdade’ e ‘igualdade’ e propuseram que a educação fosse oferecida pelo Estado e estivesse ao alcance de todos. Mas, apesar dos discursos republicanos, nem todas as crianças paranaenses tiveram acesso às escolas. Desta forma, surgiu o seguinte questionamento: houve a preocupação, por parte do Estado, em se criar um projeto educacional para o atendimento das crianças negras paranaenses que moravam nas regiões periféricas dos centros urbanos ou nos Quilombos? A partir do estudo realizado, conclui-se que nas primeiras décadas após a abolição da escravidão no Paraná algumas crianças negras quilombolas tiveram acesso às escolas públicas, no entanto, isso não significou a garantia e a efetividade do direito ao acesso de todas elas às escolas.

---

**Palavras-chave:** Negros. Quilombos. Educação. Paraná.

**Abstract:** The present text aims to present the results of a bibliographical and documentary research on the (in) existence of an educational project for Afro-American quilombolas children in Paraná at the beginning and early twentieth century. A period in which republican liberal discourses propagated the idea of 'freedom' and 'equality' and proposed that education should be offered by the State and be available to all. But despite Republican speeches, not all the children of Paraná had access to schools. In this way, the following question was raised: was there a concern on the part of the State to create an educational project for the care of the Afro-American children of Paraná who lived in the peripheral regions of the urban centers or in the Quilombos? From the study carried out, it is concluded that in the first decades after the abolition of slavery in Paraná some Afro-American “quilombolas” children had no access to public schools, however, this did not mean the guarantee and the effectiveness of the right of access to all schools.

**Key-words:** Afro-American. Quilombos. Education. Paraná.

## INTRODUÇÃO

A República paranaense se instaurou por meio de forte fervor ideológico da classe dominante, a qual, no âmbito das ideias via a educação como a principal solução para os problemas do Brasil. Por meio da propagação da instrução pública elementar,

[...] e a criação de um sistema nacional de ensino, acreditava-se que se efetivaria a instrução necessária à formação do cidadão eleitor e integração do imigrante à nação, como pressuposto para a consolidação do regime político que levaria a efeito, juntamente com a nova organização do trabalho, o projeto modernizador da sociedade brasileira. (SCHELBAUER, 1998, p. 61).

O primeiro Regulamento da Instrução Pública paranaense foi aprovado em 1890, com base no Regulamento de Ensino Federal.<sup>3</sup> Nesse contexto, o Paraná contava com 199 escolas de nível primário, sendo 19 particulares e 180 públicas. Essas escolas estavam distribuídas em 130 localidades, entre cidades, vilas povoados, colônias e bairros apesar do maior número delas se encontrarem em Curitiba e em Paranaguá (OLIVEIRA, 1994). De acordo o regulamento, foram selecionadas as disciplina de moral e cívica, que tiveram como objetivo conduzir a sociedade paranaense e normatizar os comportamentos dos cidadãos após a libertação dos negros escravizados.

Ideologicamente, destacou-se a necessidade de educar as massas para que essas fossem preparadas para o convívio social, “[...] e dispor maior oferta de educação a “toda a população” em condições de recebê-las fortaleceu-se ao lado do entendimento de que os problemas sociais seriam resolvidos, em parte, pela educação.” (MELO; MACHADO, 2010, p. 248). Além de formar o caráter da população, a educação foi colocada também como requisito essencial para que o Paraná se desenvolvesse e obtivesse o progresso econômico.

A escola republicana paranaense representou o projeto de modernidade por meio da imponência dos grandiosos prédios nos quais as propostas pedagógicas e higienistas se destacavam. Os primeiros Grupos Escolares republicanos foram construídos a partir de um projeto baseado em modelos implantados na Alemanha e Estados Unidos, nos quais os prédios reuniam várias Escolas Isoladas e os alunos seriam divididos conforme sua fase de desenvolvimento, sendo as aulas ministradas por um professor a partir do método intuitivo.<sup>4</sup> (SAVIANI, 2008).

Como no restante do País, os Grupos Escolares paranaenses foram criados de acordo com o poder político das cidades. Seu local de instalação convergiu com a organização política da classe dominante, não foi por acaso que no Paraná as cidades de

Curitiba (1903), Castro (1904) e Palmeira (1907) foram as primeiras a receberem os majestosos edifícios escolares republicanos.

Os discursos liberais voltados para a educação no Paraná, tão proclamados pelos republicanos, por meio do projeto de criação de escolas para dar instrução ao povo, ideologicamente propuseram a “expansão” do ensino elementar, entretanto, o aumento do número de escolas era extremamente irrisório para atender a grande massa da população. Os alunos que frequentavam os Grupos Escolares republicanos eram provenientes,

[...] de setores mais bem integrados no trabalho urbano. Desse contingente estavam excluídos os pobres, os miseráveis e os negros. As fotografias da época revelam a pequena presença de crianças negras nas classes dos grupos escolares, e isso se explica pelas péssimas condições sociais em que se encontrava a população negra da época. (SOUZA, 1998, p. 27).

Apesar de toda a propaganda republicana, com relação à importância do acesso à educação pública e gratuita, o ingresso aos mais elevados níveis de instrução era inacessível a grande maioria da população negra. A democratização e a “garantia de acesso” à escola pública gratuita não saiu do nível da alocação, pois, a escolarização se apresentou de forma limitada nas primeiras décadas do novo regime.

O acesso da população negra e pobre aos Grupos Escolares foi mínimo, pois, varrida da vida urbana em nome da ordem e da higienização, ela se aglutinou nas áreas periféricas das cidades e nos distantes Quilombos, fato este que isentava a obrigatoriedade da matrícula das crianças negras nas escolas republicanas.

Cabe aqui destacar que no Paraná os Quilombos datam do século XVIII e XIX e foram formados em diversas regiões. Em 2004, foram identificadas oitenta e seis locais com características de Quilombo. Destas comunidades e seis já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares e foram reconhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) e como Comunidades Negras Tradicionais (CNT). (CURITIBA, 2008).

## 1 A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA PARANAENSE E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Paralelamente à criação dos majestosos Grupos Escolares foram criadas no Paraná, para atender as crianças negras e pobres que viviam nas regiões urbanas, várias instituições educacionais de cunho assistencialista e correccional, subvencionadas pelo governo. A “instrução” nessas instituições tinha como objetivo formar o “cidadão” para o trabalho. Tinha também um caráter “civilizador”, era preciso integrar essas crianças à sociedade, pois, elas “tiravam a beleza” das ruas com sua mendicância. Transformar menores abandonados, órfãos e delinquentes em trabalhadores, se tornou solução para a manutenção da ordem da sociedade republicana, uma vez que “[...] o trabalho seria então percebido como meio de regeneração e redenção moral das “classes perigosas”, meio de adequar os indivíduos à sociedade, concretizando o projeto de civilização republicana que então se forjava.” (QUELUZ, 2000, p.18).

Uma das primeiras instituições a ser subvencionada pelo Estado foi o Orfanato Cajuru em Curitiba, 1901. Esse fazia parte da Congregação das Irmãs de São José, que cuidavam dos doentes da Santa Casa de Misericórdia, nele eram mantidas apenas meninas, [...] mais de 30 de diversas idades e nacionalidades, brancas, pardas e pretinhas, vestidas com o seu uniforme de riscado, mas bem limpo (DIARIO DA TARDE, 1914, p. 1). Neste orfanato, o ensino era voltado à qualificação para profissões que seriam úteis no cotidiano das meninas negras e pobres.

Outra instituição escolar criada em Curitiba, para atender as crianças negras e pobres, foi a Escola de Aprendizes Artífices, no ano de 1910, por meio do Decreto 7.566 de 23/12/1909. Nilo Peçanha, então presidente da República, criou “[...] 19 escolas, distribuídas pelos Estados da Federação. Essas escolas mantinham características dos Liceus de Artes e Ofícios e eram custeadas pelo Estado.” (FRANCO, 1984, p. 47).

Para essas escolas seriam destinados os órfãos e os ingênuos, pois, era necessário “[...] não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime.” (PARANÁ, 1910, p. 1). O ensino era voltado exclusivamente para regenerar as crianças consideradas “problemas” que perambulavam pelas ruas dos centros urbanos, cujos ares de modernidade não “combinavam” com os pobres e maltrapilhos que por elas se aglomeravam.

A associação entre o elemento de cor e a noção de violência era tão imediata nas notícias que, a própria palavra “negro”, em si, já indicava fatos infames, violentos e reprováveis: expressões como “páginas negras”, “negro crime” eram então comumente utilizadas para caracterizar fatos violentos. (SCHWARCZ, 2008, p. 122, grifo do autor).

Nesse contexto, outras instituições foram criadas para “regenerar” as crianças pobres que “moravam” nas áreas urbanas de Curitiba. O Asilo São Luiz<sup>5</sup>, criado em 1918, era destinado apenas para os meninos tratava-se de uma instituição subvencionada pelo Estado que, além de oferecer aos meninos desvalidos cuidados com higiene e alimentação e uma educação primária e religiosa, oferecia também educação profissional por meio de diversas oficinas destinadas ao ensino de marcenaria, alfaiataria e sapataria. Além de “transformar” as crianças pobres em homens civilizados, trabalhadores e tementes a Deus.

O Patronato Agrícola, criado por meio do Decreto nº. 943 de 1920, que funcionava junto ao Instituto Agrônomo do Bacacheri, oferecia uma educação moral e profissional para os menores desvalidos e aqueles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, foram postos à disposição da Escola Agrônoma (MARTINI, 2011). Nessa instituição o ensino profissionalizante foi organizado de modo a atender as classes menos favorecidas economicamente, figurava-se “[...] como um plano assistencial aos “necessitados da misericórdia pública”; o seu objetivo inequívoco

– muitas vezes, explicitamente proposto - era o da regeneração pelo trabalho.” (NAGLE, 2001, p. 213). Tratava-se de uma instituição de proteção que promoveu por meio de ações educativas, a assistência as crianças pobres como o intuito de regenerá-las.

Cabe destacar que no regime republicano o trabalho foi colocado como algo bom, como uma virtude universal, aquele que conduziria, a partir das capacidades individuais, o homem ao sucesso, “[...] não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho, mas apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como virtude de liberdade.” (NORONHA, 2009, p. 151). Desta forma, era preciso inculcar na população negra e pobre, essas vantagens e virtudes, uma vez que para o escravo liberto, a liberdade era a negação do trabalho.

O Estado republicano, por meio da instrução oferecida nestas instituições, procurou adequar as crianças negras aos novos modelos da sociedade, baseados na modernidade e civilidade. Neste contexto, a escola voltada para a formação dessas crianças, sem deixar aparentes as relações de classe, “[...] passa a assumir a função estratégica de transmissora das formas de justificação da divisão do trabalho vigente e de persuasão à aceitação da condição de exploração das classes dominadas.” (XAVIER, 1992, p.123). Constituiu-se num aparelho ideológico de difusão e legitimação das ideias liberais de igualdade e fraternidade, baseado na filantropia e no assistencialismo.

## **2 A ESCOLA PÚBLICA PARA O NEGRO QUILOMBOLA: DO DISCURSO REPUBLICANO A REALIDADE DOS FATOS**

A proposta educacional republicana, de criação de escolas para “toda a sociedade”, que questionava as condições da educação pública ofertada durante o Império, criou condições de mudanças a “conta gotas” nas primeiras décadas do século XX. A instrução pública e gratuita era oferecida no Paraná republicano por meio dos Grupos

Escolares urbanos, já citados, (caracterizados pela reunião de Escolas Isoladas, localizadas nas áreas urbanas, periféricas ou rurais) e das escolas Particulares Subvencionadas, cujo caráter era privado que contava com um financiamento do Estado.

Muitas das Escolas Públicas Isoladas e Escolas Subvencionadas foram instaladas em áreas rurais do Estado, entretanto, “[...] os relatórios e as mensagens dos governadores e interventores não especificam, [...] quantas destas escolas estavam delimitadas ao meio rural e urbano.” (SCHELBAUER, 2014, p.81). A criação dessas escolas se deu pela dispersão populacional no Paraná, ao reduzido número de Grupos Escolares e a falta de interesse do Estado em investir recursos financeiros em regiões distantes dos centros urbanos. Essas escolas, durante as primeiras décadas do século XX Sobreviveram à sombra dos grupos escolares nas cidades, nos bairros e no campo.

Se nas Escolas Públicas Isoladas, criadas nas regiões urbanas, a situação não era a mais adequada, nas Escolas Isoladas das áreas rurais e Quilombolas era muito pior. Na maioria dessas escolas “[...] notava-se a ausência completa do ensino primário. “[...] Os alunos analfabetos continuavam a permanecer analfabetos, até desanimar e deixar a escola.” (PARANÁ, 1924, p. 18). Os espaços físicos e o material pedagógico não eram adequados, e, quase todas as escolas “[...] funcionam em casas verdadeiramente impróprias: anti-higienicas e anti-pedagógicas; ressentem-se da falta de mobiliário e da falta do indispensável material técnico.” (PARANÁ, 1923, p. 37). No entanto, o fato de serem construídas escolas nas regiões rurais não significou a garantia de atendimento à maioria das crianças negras e pobres que moravam nessas regiões. A precariedade ficava evidente nos relatórios dos inspetores de ensino,

[...] em Euphrasio Correia, districto de Bocayuva, na escola mixta [...] A sala de aula e o mobiliário não são bons. A escola não é boa. Os analfabetos que se matriculam na escola continuam analfabetos. Não há progresso. Os livros fornecidos pela Inspeção, para auxiliar a professora e os alunos, estão muito estragados. (PARANÁ, 1923, p. 47).

Apesar de os discursos sobre a “necessidade” de se educar o negro para viver na nova sociedade, pouca coisa se fez para que isso ocorresse efetivamente, pois, a maioria da população quilombola paranaense não teve acesso a quase nenhuma das escolas públicas propostas pelo governo republicano, salvo exceções. A distância física entre as populações quilombolas e as escolas criadas pelo governo eram gigantescas, os caminhos até elas eram

[...] perlongados de arvores, arbustos, ervas, são ridentes veredas traçadas a esmo pelas encostas das collinas, pelas várzeas, pelas ladeiras íngremes, a beira dos precipícios, nas adjacências dos rios. São caminhos que levam o viandante por atravez da floresta, para extasial-o, de quando em vez, na presença de um quadro novo. (PARANÁ, 1923, p. 43).

A maioria da população quilombola estava distante das regiões nas quais foram criadas essas escolas, uma vez que a longa distância entre os centros urbanos e essas comunidades se deve ao processo histórico de rebeliões, no qual as fugas para terras distantes eram constantes e ocorreram durante todo o período em que a escravidão negra foi praticada no Paraná.

A partir de um estudo sobre o mapa oficial das Comunidades Quilombolas do Paraná de 2004<sup>2</sup> e o mapa discriminativo das escolas públicas existentes até o ano de 1923, pode-se constatar que as regiões nas quais foi criado o maior número de escolas públicas nesse período histórico, se tratavam de localidades urbanas e mais desenvolvidas econômica e politicamente, como os municípios de: Curitiba, Castro; Ponta Grossa; Campo Largo; Lapa e Palmas. Nas regiões onde estavam localizadas as populações negras, que deram origem aos Quilombolos de Curiúva; Doutor Ulysses, Adrianópolis, Cândói, Ivaí, Turvo, Guaíra e São Miguel do Iguaçu, nenhuma escola existiu até o ano 1923<sup>7</sup>.

Para os republicanos, o problema da falta de acesso das crianças negras quilombolas aos Grupos Escolares e às Escolas Isoladas/Subvencionadas não se deveu ao

número limitado delas, mas sim, pela região na qual essas crianças residiam. Ou seja, para a classe dominante o problema não era pela falta de compromisso do Estado que deixou de propiciar a criação das escolas, mas pelo fato de a “pequena” população negra quilombolas se encontrar dispersa pela vasta extensão do território paranaense.

A “culpa” pelo analfabetismo, a partir de um discurso republicano liberal no qual cada pessoa é responsável por sua educação, e, conseqüentemente, pelo seu sucesso econômico, foi colocada “nas costas” da população negra que vivia nos Quilombos, isolados dos centros urbanos e em situação precária. Corroborando com o discurso do estado, em seus relatórios os inspetores de ensino do Paraná afirmavam que sempre haveria crianças “[...] em numero elevado, que não poderão frequentar a escola, por morarem a grande distancia da sede em que ella funciona, e, não lhe sendo extensiva a obrigatoriedade do ensino, ficarão condenados ao analfabetismo” (PARANÁ, 1901, p.5).

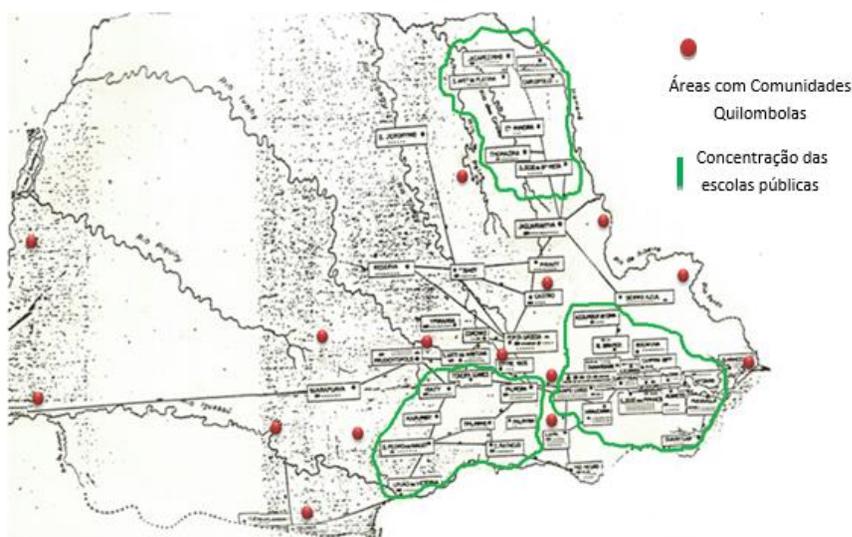


Figura 1 - Mapa discriminativo das escolas públicas do Paraná em 1923

Fonte: Adaptado com base em: PARANÁ, 1924, p. 128.

As poucas crianças negras quilombolas que conseguiram ter acesso às escolas públicas do Estado foram aquelas que moravam em regiões próximas aos núcleos coloniais de imigrantes e regiões periféricas das cidades. No paralelo feito com o mapa descritivo das escolas públicas do Paraná se percebe que nas três áreas do Estado, com maior concentração de escolas em 1923, em nenhuma delas havia um número significativo da população quilombola.

Tomando por exemplo as Comunidades Quilombolas do Sutil e Santa Cruz, localizadas à distância de 20 km de Ponta Grossa e 17 km de Palmeira, se pode citar as escolas Isoladas/Subvencionadas que foram criadas próximas às colônias de imigrantes, dentre elas, as Escolas Isoladas: Colônia Lago; Papagaios Novos; Quero-Quero, Colônia de Pugas, entre outras, e, duas delas nas regiões nas quais estavam localizadas as Comunidades Quilombolas. Já a escola do Sutil, segundo relato do inspetor de ensino, “[...] possui bom número de alunos, com regular adiantamento. A casa, contudo, não oferece a comodidade necessária” já na Escola Isolada de “Santa Cruz, encontrei apenas 7 alunos e todos bem atrasados.” (PARANÁ, 1924, p. 259). Percebe-se que o fato de ter uma escola na Comunidade Quilombola do Sutil não significou que as crianças negras tiveram as condições materiais necessárias para uma instrução adequada.

Nos relatórios dos inspetores de ensino eram constantes declarações sobre o atraso das poucas crianças negras que frequentavam as escolas públicas paranaenses, isoladas/subvencionadas. Na maioria das vezes o problema foi associado às más condições higiênicas e físicas dos alunos.

A creançada, no geral, é muito pouco desenvolvida, aparentando metade da idade que tem. Os semblantes assinalam uma tristeza doentia. A frequência às aulas é irregularíssima. O prendizado realiza-se, por esse facto, morosamente. (PARANÁ, 1923, p. 19).

A questão apontada nos relatórios dos inspetores de ensino ficava em torno da baixa frequência e do papel do professor em conseguir fazer com que essas crianças aprendessem os bons costumes da sociedade moderna. “Não lhe será fácil, a principio, sahir-se bem de tão pesado encargo. Mais tarde, porém, quando tiver podido conhecer bem a alma do caboclo e inspira-lhe confiança, verá como o encaminha a medida dos seus desejos.” (PARANÁ, 1923, p. 23). Alguns fatores preponderantes como: a falta de condições econômicas mínimas para a compra de vestuário e materiais escolares; o difícil acesso às escolas devido às más condições das estradas e a longa distância entre a escola e a moradia destas famílias (MIGUEL, 2006), não foram questionados como sendo responsabilidade do Estado em promover ações que viessem a modificar a situação econômica dessa população.

Sem acesso à educação oferecida nas Escolas públicas Isoladas/Subvencionadas, o negro continuava “[...] analfabeto, alheio a todo surto de progresso, sempre inferior a tudo e a todos, [...] sem saúde, cedendo terreno dia a dia, completamente desamparado em sua própria terra.” (PARANÁ, 1923, p. 22), morava em pequenos casebres quase sempre em ruína, em condições subumanas de sobrevivência.

Muitas vezes essa pobreza foi associada à preguiça e falta de amor pelo trabalho. “[...] Domina-os a preguiça. Não os attrae o hymno glorioso do trabalho que escalda as veiaes derrama o suor bemfazejo que rega a terra para trazer a abastança.” (PARANÁ, 1923, p. 18). Nos relatórios dos inspetores de ensino ficou evidente o discurso liberal, que, sem questionar as condições materiais dos homens, atribui a eles a responsabilidade pelo seu sucesso ou insucesso econômico e social.

No Povoado de Barbozas, [...] que começava a surgir muito além, no meio de capoeiras. [...] Passamos um ribeirão, seguimos por uma estrada ladeada de tapers. Logo na primeira, que parecia deshabitada, surge um menino maltrapilho, de feições cadavericas e aproximando-se da estrada, implorou “uma esmola pelo amor de Deus”. Voltei-me para o lado do menino e

lobriguei no interior da tapéira um vulto humano sentado no chão, immovevel, como si estivesse doente [...] logo da casa seguinte surge outra criança pedinte; na outra, o mesmo facto se repete e dahi por diante, após a quarta tapéira, não mais pediram esmolas, cousa peor nos esperava: sentados pelas portas, debruçados nas janellas ou deitados no sólo, sob arvores, typos deformados olhavam para nós com certa curiosidade. Eram miseros morpheuticos.<sup>8</sup> (PARANÁ, 1923, p. 49).

A falta de condições materiais, à qual os ex-escravos foram submetidos no pós-abolição, nem por um momento foi alvo de discussões por parte da sociedade e do Estado paranaense, “[...] a libertação do escravo, contudo, não o libertou do passado de escravo; esse passado será um das determinações da sua nova condição de homem livre.” (NORONHA, 2009, p. 151). O negro, agora “cidadão” republicano, não teve condições para conquistar os recursos materiais por meio do trabalho e mérito pessoal, tão proclamado nos discursos liberais, uma vez que invisibilizado foi abandonado à própria sorte.

Quem percorre os municípios de Morretes, Antonina, GuaraKessaba e Paranaguá, certifica-se desta verdade. Tem-se a impressão dolorosa que grande parte daquela gente, crianças, moços e velhos, são doentes que perambulam, sem norte, cobertos de andrajos, como se habitassem uma região assolada pela seca, sem nenhuma esperança de melhores dias. (PARANÁ, 1923, p. 18).

O Estado, representado pela classe dominante paranaense, invisibilizou os negros quilombolas da região, e, as poucas vezes em que eles foram mencionados, na documentação oficial da época eram denominados como caboclos, aqueles que não estavam preparados para viverem socialmente por não terem adquirido os valores morais e higiênicos da sociedade moderna.

O caboclo<sup>9</sup> é um infeliz porque é um doente do corpo e, conseqüentemente, um enfermo da alma. Ora, um doente em quanto estiver doente, não se abandona. [...] a escola, por seu professor, deve constituir-se um meio auxiliar ao serviço da prophylaxia. As lições sobre a ancylostomose, a

---

malária, a tuberculose e outras doenças devem tomar um espaço serio e eminentemente pratico. (PARANÁ, 1923, p. 20).

Era preciso inculcar na mente do caboclo paranaense a crença de uma “vida melhor”, fazer com que a população pobre, formada predominantemente por negros, brancos e índios, compreendesse a nova forma de trabalho, agora livre e assalariado, como algo bom, não mais pelo viés da escravidão. Esse papel foi atribuído à escola que, por meio da educação, deveria promover a “igualdade” de oportunidades educacionais a todos os cidadãos, “[...] a educação, agora universal e gratuita, contrabalançará as tendências ao domínio e á exploração social, dando a todos os homens condições idênticas para a realização social.” (XAVIER, 1992, p. 124), sem deixar aparente, as desigualdades sociais presentes na sociedade paranaense capitalista.

Caracterizado pela nova ordem social, na qual a exploração do homem pelo homem continuou, mas agora permeada pelas relações contraditórias entre o capital e o trabalho “[...] a dominação das consciências ou a reprodução das falsas consciências é condição fundamental para a manutenção e reprodução das relações materiais e sociais de produção.” (XAVIER, 1992, p.123). Ou seja, era preciso que o negro passasse a ver o trabalho como algo digno, diferentemente da forma como “[...] a sociedade escravista via o trabalho manual como uma atividade desprezível, que deveria ser realizada apenas por homens pertencentes às camadas inferiores ou aos escravos.” (NASCIMENTO, 2009, p. 53). Na sociedade capitalista e liberal, o negro deveria ver o trabalho livre e assalariado como algo bom, por meio do qual, ele teria o acesso aos bens materiais, sendo ele mesmo o único responsável pela sua ascendência ou decadência social.

Ficou evidente nos relatórios dos inspetores de ensino, a comparação entre os negros e os imigrantes europeus e a sua “culpa” pelas precárias condições de vida. Neles os europeus foram descritos como aqueles que, apesar das dificuldades, conseguiram superar os obstáculos aos quais foram submetidos. “É sabido que entre o nacional e o

estrangeiro existe distancia considerável. O estrangeiro inicia a sua vida em condições precárias, mas logo vence. Rarissimamente deixa de se tornar proprietário de valorizar as suas poses.” (PARANÁ, 1923, p. 21). Já o negro, descrito como o caboclo, era visto como o preguiçoso que não consegue mudar as suas condições por falta de interesse e crença na vida, sendo, na maioria das vezes, ele mesmo quem enriquece o imigrante.

Não raro, vende-lhes as suas terras, aluga o seu trabalho por pouco mais de nada para desbravar o sertão, sanear os brejos, construir as casas, plantar e colher para o seu patrão. E enquanto este prospera a olhos vistos e logo, toma ares de senhor, o caboclo continua na sua palhoça, descalço e sem roupa, dormindo no chão ou sobre um girão de paos roliços, mal comido e mal agasalhado, incapaz de refletir sobre a sua pobreza, sem ideas para tomar rumo mais acertado, sem coragem para sahir do triste estado em que se encontra. (PARANÁ, 1923, p. 21).

Os imigrantes, mesmo que precariamente, receberam incentivos por parte do Estado, para se estabelecerem no Paraná. Como forma de garantir e assegurar a vinda deles para a região, com o objetivo de colonizar as terras paranaenses e branquear a região, foi proporcionada a alimentação necessária para a sua sobrevivência, enquanto não estivessem em suas localidades de destino. Já para os negros, não houve nenhuma assistência, nenhum planejamento para que eles conseguissem se estabelecer no pós-abolição. Com relação a um projeto educacional que tivesse como objetivo proporcionar uma formação efetiva para os mesmos, isto também não ocorreu. Embasados em um discurso liberal de igualdade, o Estado, nas poucas vezes que mencionou a possibilidade de educação para o negro, sempre relacionou essa instrução a uma ação regeneradora.

Aos negros, “cidadãos” republicanos, foram negados a universalização e o acesso à gratuidade escolar, devido a não obrigatoriedade para aquelas que morassem a uma determinada distância das escolas. Os discursos de “democratização” aparentemente garantiram os direitos à educação, entretanto, foram negadas as “[...] condições

objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativo e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico.” (SILVA; ARAÚJO, 2005, p. 71). A preocupação em adequar o ex-escravo à sociedade moderna só foi destinada aos negros que de alguma forma circulavam entre os brancos, porém para os negros quilombolas que estavam em regiões isoladas não houve qualquer intenção de instruir, pelo contrário, eles foram invisibilizados pela sociedade paranaense.

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Após a abolição da escravatura, os negros paranaenses, apesar do discurso de igualdade presente na Constituição Brasileira republicana, foram abandonados à própria sorte. Os republicanos colocaram o Estado acima das classes, dando ênfase em sua neutralidade diante às desigualdades sociais. No entanto, em uma sociedade repleta de contradições, na qual se criam “direitos” e propaga-se a “democracia”, a classe menos favorecida economicamente é oprimida pela classe dominante. Os princípios liberais de igualdade, liberdade e fraternidade não se efetivaram na prática e a estrutura da sociedade paranaense, baseada na divisão de classes, manteve-se intocada. Continuou sendo uma sociedade na qual aquele que detinha o poder econômico, político e social determinaria quais seriam as condições de vida da classe explorada.

Com a criação de asilos, escolas agrícolas e orfanatos, para atender os ingênuos, a classe dominante paranaense visava manter as hierarquias e as desigualdades sociais. A educação oferecida nessas instituições de longe representou a emancipação humana e a transformação da realidade dessas crianças. Pelo contrário, as práticas educativas oferecidas nas instituições para as quais os ingênuos foram encaminhados pelo Estado paranaense visaram manter a posição social inferior.

Com relação à educação, o que se verificou nos Relatórios de Ensino foram informações sobre a matrícula e frequência nas escolas, entretanto, esses dados apontam apenas a porcentagem dos alunos alfabetizados com relação aos não alfabetizados, não trazendo informações sobre a cor e a origem das crianças. Na análise desses documentos, o objetivo foi o de identificar algumas pistas que evidenciassem a presença das crianças negras em escolas públicas. Mas, o que se constatou sobre a educação foram apenas relatos dos inspetores de ensino sobre: a falta de frequência dos alunos, associando, mesmo que implicitamente, a população negra e pobre à preguiça e a falta de amor pelo trabalho, fato esse que seria a justificava pela miséria na qual eles se encontravam. O termo negro não apareceu nos relatórios analisados, sendo o termo caboclo/caipira a nova denominação utilizada pelos inspetores de ensino para fazer referência aos negros e pobres que viviam nas áreas rurais.

O cruzamento de dados feitos nos dois mapas citados foi realizado para se evidenciar as regiões nas quais foram construídas as escolas públicas do Estado até o ano de 1923, fazendo um paralelo com relação à localização dos quilombolas. Nesse sentido o que ficou destacado foi a falta de escolas públicas próximos aos Quilombos e a dificuldade encontrada pelas crianças quilombolas para terem acesso à essas instituições escolares.

Retomando os questionamentos iniciais: Houve a preocupação, por parte do Estado, em se criar um projeto educacional para as crianças negras paranaenses, que moravam nas regiões periféricas dos centros urbanos e para aquelas que moravam nos Quilombos, qual foi a educação pública ofertada? A partir da análise realizada concluiu-se que não houve um projeto educacional voltado para a formação das crianças negras quilombolas, nas primeiras décadas após a abolição da escravatura no Paraná. Não se pode negar que algumas crianças negras tiveram acesso às escolas públicas paranaenses,

no entanto, cabe aqui ressaltar que a presença delas nessas escolas não significou que todas tiveram o direito de acesso e permanência garantidos.

#### NOTAS EXPLICATIVAS

<sup>1</sup> Pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) 2012 a 2016. A tese completa com o título: “A (IN) EXISTÊNCIA DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA OS NEGROS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA” pode ser consultada em: <http://www.pitangui.uepg.br/propesp/ppge/?pg=paginas|teses2016-html>

<sup>2</sup> Mapa disponível em:

[http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Quilombolas\\_2010/Populacao\\_Negra.pdf](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Quilombolas_2010/Populacao_Negra.pdf),

<sup>3</sup> Com o apoio de Rui Barbosa, Benjamim Constant, em 1890, propôs a Reforma do Ensino no Brasil e a elaboração de diretrizes para a organização do ensino nos Estados brasileiros, tendo como princípios orientadores a liberdade, a laicidade e a gratuidade do ensino.

<sup>4</sup> Ver: SHELBAUER, 1998.

<sup>5</sup> Para aprofundamento ver: SILVA, Silvana Cristina Hohmann Prestes. *De órfãos da gripe a trabalhadores*. O Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2010.

<sup>6</sup> Os imigrantes expulsos de suas terras perderam o direito a propriedade privada restando-lhes apenas a sua força de trabalho como propriedade, sendo venda desta força de trabalho sua condição de liberdade.

<sup>7</sup> Algumas regiões do Paraná, nas quais existia população negra quilombola em 1923, faziam parte de outros municípios: Curiúva pertencia a Tibagi; Doutor Ulysses pertencia a Serro Azul, Adrianópolis fazia parte de Bocayuva, Candói e Turvo pertenciam a Guarapuava e Ivaí fazia parte do município de Ipiranga.

<sup>8</sup> Morfético pode ser compreendido como: aquele cujo convívio é maléfico ou extremamente desagradável; que ou quem é perverso, ruim; que provoca repulsa, nojo; asqueroso, repugnante.

Sinônimos: camunhengue, gafeirento, gafeiroso, gafento, garro, hanseniano, lazarado, lazarento, lázaro (HOUAISS – Dicionário eletrônico da língua portuguesa).

<sup>9</sup> São várias as interpretações sobre os indivíduos brasileiros denominados caboclos. Especificamente no Sudoeste paranaense, os caboclos eram de origem luso-brasileira e que precisavam ser criados no sertão, isto é, no meio da mata. Constituíam-se genericamente pela miscigenação de índios, negros e brancos. (MONDARDO, 2008, p.7). Após a abolição da escravidão, a palavra “negro” não apareceu mais nos documentos oficiais, sendo denominados agora de caboclos.

### REFERÊNCIAS

CURITIBA. *Instituto de Terras, Cartografia e Geociências Terra e cidadania*. Curitiba: ITCG, 2008. Disponível em: <[http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Terra\\_e\\_Cidadania\\_v3.pdf](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Terra_e_Cidadania_v3.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 08 jul.1913; 23 out. 1914 e 15 out. 1921.

FRANCO, L. A. C. SAUERBRONN, S. *Breve histórico da formação profissional no Brasil*. São Paulo: CENAFOR, 1984.

MARTINIAK, V. L. *Educação e trabalho no ensino agrícola: história das instituições escolares agrícolas*. Curitiba, PR: CRV, 2011.

MELO, C.S. MACHADO, M. C. G. A Organização Da Instrução Pública no Estado do Paraná no Início da República: O Decreto N° 31 De 29 De Janeiro De 1890. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.38, p. 248-260, jun./2010.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MIGUEL, M. E. B. A história da escola pública no Paraná: entre as intenções legais e as necessidades reais. In: SCHELBAUER, A. R.; LOMBARDI, J. C.; MACHADO, M. C. G. (Org.). *Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 188.

NASCIMENTO, C. B. *Múltiplos olhares sobre a presença negra na Lapa – Paraná: história e arqueologia (século XIX e XX)*. 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Grande do Sul, 2009.

NORONHA, M. O. Educação e trabalho no contexto histórico da formação da Primeira República no Brasil (1889-1930). In *Navegando pela história da educação brasileira: 20 anos de HISTEDBR*. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

OLIVEIRA, M. C. M. *Ensino Primário e Sociedade no Paraná Durante a primeira República*. 1994. 311 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PARANA, *Relatório de Secretários de Governo – 1901*. Governador do Estado do Paraná pelo Dr. Otavio Ferreira do Amaral e Silva, 1901. MFN: 682.

PARANÁ. *Relatório de Secretários do Governo - 1910*. Arquivo Público do Paraná. Documentos Históricos.

PARANÁ. *Relatório apresentado pelo inspetor de ensino Cesar Prieto Martínez*. Curitiba, 1923.

PARANÁ. *Anuário Estatístico do relatório da Secretaria Geral do Estado do Paraná*.

Secretario Geral do Estado Alcides Munhoz. Curitiba 1924.

QUELUZ, G. L. *Concepções de Ensino Técnico na República Velha*. Estudo dos Casos da Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná, Do Instituto Técnico Profissional de Porto Alegre e o Serviço de Remodelação 1909 e 1930. São Paulo, 2000. 274 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. Das letras, 2008.

SCHELBAUER, A. R. *Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914/ Analete Regina Schelbauer*. Maringá: EDUEM, 1998.

\_\_\_\_\_. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). *História Educação* [Online] Porto Alegre v. 18 n. 43, maio/ago. 2014 p. 71-91.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil / Dermeval Saviani*. Campinas, SP: Autores Associados: 2008. 2 v.

SILVA, G; ARAÚJO, M. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In ROMÃO, Jeruse. *Historia da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SOUZA, Rosa de Fátima. *Templos da civilização a implantação da escola primária (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

XAVIER, M. E. S. P. *Poder político e educação de elite*. 3. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

recebido em 04 mar. 2018 / aprovado em 2 abr. 2018

**Para referenciar este texto:**

PADILHA, L. M. L. A instrução pública da criança quilombola paranaense na primeira república. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 113-134, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/cpg.v17n1.8425>>.